



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Data Emissão: 03/04/2025 21:04

Indício de irregularidade - Pregão Eletrônico n.º PE-0628/202

Comunicação: 20250403000333	Situação: Em Atendimento UG	Tipo: Com Resposta	Prazo Restante: 5 dias
Grupo: 20250403039	Autor: TCE/SC	Responsável: Paulo Edison de Lima	
Ente: ESTADO DE SANTA CATARINA	Unidade Gestora: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina		

Mensagens

Prezado(a) Senhor(a) Controlador(a) Interno(a):

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina encaminhou ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, por intermédio do sistema e-Sfinge *online*, dados e documentos da pré-publicação do Pregão Eletrônico n.º PE-0628/2025, destinado a “Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem para os eventos esportivos promovidos pela UDESC e contratação de empresa especializada na locação de sanitários químicos portáteis...”, com valor total de R\$ 2.330.671,03, o qual recebeu o seguinte código de registro: 4B6C1EF393DA829013E2085F2F1C36976870148B. Após análise preliminar, verificamos a existência de indício de irregularidade, consistente no seguinte item:

Exigência de apresentação de licenças ambientais como condição de habilitação (item 8.8, subitem 6, do Edital):

8.8 – Qualificação Técnica:

[...]

LOTE 4, 5 e 6

[...]

6. Licença Ambiental de Operação: Apresentar a Licença Ambiental de Operação expedida pelo órgão ambiental competente, em validade;

Redigido como está, o mencionado dispositivo impõe a apresentação de licença ambiental como critério de habilitação técnico-operacional. Ocorre que o art. 67 da Lei (federal) n.º 14.133/2021, que lista “A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional”, não autoriza a exigência de licença ambiental para fins de habilitação de participantes. Frise-se que o rol é exaustivo, ou seja, não pode ser ampliado.

Por outro lado, o art. 25, par. 3º, inc. I, da Lei 14.133/2021, estipula que “O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela” “Obtenção do licenciamento ambiental”. Ressalte-se que essa exigência pode ser feita, no edital, para o contratado, não para os participantes da licitação, como estipulado no mencionado item do Edital em questão.

A mencionada exigência restringe a competição, na medida em que obsta a participação de interessados que não possuam de antemão o dito documento, o qual poderia ser obtido após a adjudicação e antes da assinatura do contrato sem prejuízo à prestação do serviço. Nesse sentido, o art. 9º da Lei 14.133/2021 veda aos agentes públicos responsáveis pela licitação “I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que” “a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório”.

Esta Corte de Contas considera indevida a exigência de licença ambiental dos participantes como condição de habilitação, como nos Acórdãos n.ºs 527/2020 (item 2, subitem 2.2) e 136/2024 (item 2, subitem 2.9), bem como nas Decisões Plenárias n.ºs 1505/2022 (item 1, subitem 1.1) e 1173/2024 (item 3, subitem 3.3). A irregularidade pode ensejar inclusive a sustação cautelar do edital, como ocorreu na Decisão Singular n.ºs COE/GSS – 114/2023

O Tribunal de Contas da União, inclusive, se filia a esse posicionamento, conforme se vê nos seguintes precedentes: Acórdãos n.ºs 125/2011, 2872/2014, 1010/2015 e 6047/2015.

A irregularidade ocorre por afronta ao art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, c/c os arts. 5º, 25, par. 3º, inc. I, e 67 da Lei (federal) n.º 14.133/2021.

Diante de todo o exposto, serve a presente Comunicação para **ALERTAR** acerca dos indícios de irregularidades acima expostos, verificados em sede de análise preliminar da licitação. Sugere-se, assim, que seja procedida à retificação do Edital/Termo de Referência, seguida da republicação do ato consolidado.

Posteriormente, deverá realizar nova remessa ao e-Sfinge online, conforme o passo a passo abaixo:

- 1) Remessa da Ocorrência "20 – Publicação de Errata ou republicação", que deve ser enviada sobre a Pré-publicação original; e
- 2) Remessa de nova Pré-publicação, substituindo-se o Edital original pelo retificado e enviando também os outros documentos remetidos anteriormente.

Importante mencionar que o atendimento a esta Comunicação e o saneamento dos desvios acima apontados não obsta eventual autuação de procedimento de levantamento, processo de controle externo ou mesmo realização de auditoria a fim de apurar outros elementos por parte deste Tribunal de Contas.

Concede-se prazo de 3 dias úteis.